edição eletrônica

Página 13

PT

Nº X 01/JUL/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

MEMÓRIA 80 anos de uma ousadia comunista

Minervino presidente

Eis a lista completa dos candidatos apresentados pelo BLOCO OPERARIO E CAMPONEZ

Em todo o Brasil
PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA
Minervino de Oliveira
PARA VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA
Gastão Valentim Antunes

No Districto Federal
PARA SENADOR FEDERAL
Fenelon José Ribeiro
PARA DEPUTADO PELO 1º DISTRICTO
Paulo Paiva de Lacerda
PARA DEPUTADO PELO 2º DISTRICTO
Mario Grazini

No Estado do Rio
PARA SENADOR FEDERAL
José Francisco da Silva
PARA DEPUTADO PELO 1º DISTRICTO
Domingos Braz

BLOCO OPERARIO E CAMPONEZ
Concentrae os 8 votos sobre os unicos candidatos proletarios!
Octavio Brandão Rêgo - Minervino de Oliveira
Organizae-vos nos Syndicatos!

Materias de campanhas do BOC, na década de 20

Há 80 anos, um candidato operário e negro foi lançado à presidência da República pelo Bloco Operário Camponês (BOC), sigla que encobria a atuação eleitoral do Partido Comunista do Brasil. Os resultados eleitorais não foram positivos; mas, sem dúvida, o fato tem um valor simbólico para esquerda de nosso país. . páginas 4 e 5

NESTA EDIÇÃO

PESCA E AQUICULTURA

Organizar a campanha eleitoral no setor

O desenvolvimento sustentável

pp. 7 e 8

EDITORIAL

Por motivos típicos da imprensa popular, Página 13 deixou de circular no mês de julho, tanto na forma eletrônica, quanto em papel.

Retomamos, neste início de agosto, a publicação das edições em atraso: uma em papel referente ao mês de julho, outra (esta aqui) eletrônica também referente ao mês de julho e uma terceira, em papel, referente ao mês de agosto.

Além do conteúdo desta edição, que fala por si, um breve comentário sobre o cenário eleitoral: a oposição de direita está fazendo o que pode, para garantir um segundo turno. E o que pode fazer, neste momento, é estimular o crescimento das candidaturas de Marina e outras. Um sinal disto é o volume de contribuições financeiras para a candidatura Marina; outro sinal é o tratamento benevolente que ela vem merecendo dos grandes meios.

O que fazer frente a isto? Opinamos que um pouco mais de mobilização social e de clareza programática viriam a calhar. Outros pensam o contrário: acreditam que é preciso manter uma postura defensiva e ancorada no programa de TV.

Embora não estejamos de acordo com esta postura, ela tem sua lógica, mas também tem vários riscos. Entre eles, um muito simples: na ocorrência, bastante provável, de um segundo turno, a postura defensiva exibida nesta fase da campanha cobrará seu preço. Outro risco, sobre o qual não cessamos de alertar, é que não basta eleger Dilma; é preciso, também, eleger fortes bancadas parlamentares e muitos governadores vinculados à esquerda.

Sem isso, não será possível seguir mudando, como vem dizendo acertadamente a nossa candidata.

OPINIÃO

A resposta certa

É necessário que a coordenação da campanha Dilma presidente discuta conosco, petistas com deficiência, como fazer esse debate durante o período eleitoral.

Isaias Dias*

O tema sobre políticas públicas para pessoas com deficiência foi pautado, no processo eleitoral presidencial, pelo tucano José Serra, que perguntou a Dilma porque o governo Lula supostamente discrimina as APAE's.

Dilma respondeu que não é "muito correto afirmar que o governo não olha para essa questão". Mas não falou da política de educação inclusiva implantada pelo MEC.

Ela poderia ter dito que nosso governo está cumprindo a Constituição brasileira, que determina como dever do Estado prover educação fundamental paras todos em escolas públicas. Portanto, no caso da criança com deficiência, é obrigação do Estado brasileiro promover a educação inclusiva, conforme está na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi ratificada pelo Brasil com efeito de emenda constitucional, por ter sido aprovada com mais de três quintos de votos favoráveis, tanto na Câmara quanto no Senado.

Isto deixaria claro que o papel das APAE's não é mais de escola, mas sim de atendimento no contra-turno, com serviços complementares.

Um aspecto importante: não é correto falar da pessoa com deficiência intelectual como *excepcional*. Esse termo está totalmente em contradição com a política de inclusão que nós, do Setorial dos(as) Petistas com Deficiência, defendemos e nosso governo implementa.

Dilma deveria ter afirmado que toda verba pública de ensino é para ser aplicada em escola pública. Nesse caso, o valor destinado anteriormente para educação nas APAE's deve ser aplicado na educação inclusiva.

Precisamos reafirmar que a educação é uma obrigação do Estado. A educação inclusiva deve ser implantada em todos os municípios e estados. Sendo que os municípios administrados pelo PSDB e pelo DEM não implementam a política, alegando que isto é de responsabilidade do Ministério da Educação, deixando assim as crianças com deficiência segregadas em escolas especiais.

Por final: a proposta de Serra, que defende criar o Ministério dos Direitos das Pessoas com Deficiência, é na verdade uma forma de segregação. Pois Serra afirma que neste Ministério serão tratados temas como a reabilitação, dentre outros, quando o correto é a reabilitação ser tratada pelo Ministério da Saúde, que tem políticas voltadas para o segmento.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, criada em nosso governo, tem o papel de articular as políticas em todos os ministérios. Já a criação de um ministério conduz a uma política de segregação, pois retira dos ministérios a formulação de políticas voltadas para nosso segmento, voltando aos tempos em que só um setor do governo tratava de todas as políticas para pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência querem ser incluídas e não ser segregadas.

É necessário que a coordenação da campanha Dilma presidente discuta conosco, petistas com deficiência, como fazer esse debate durante o período eleitoral. Se não fizermos isto, os tucanos vão novamente atacar e nossa candidata ficará sem a resposta certa. ★

***Isaias Dias** é vice-presidente do CONADE - Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Bancários em campanha

*Sílvio Aragusuku e José Roberto Santana**

12ª Conferência Nacional dos Bancários

Aproximadamente 460 mil bancários estão em mais uma campanha salarial nacionalmente. Com data base no dia 1º de setembro, a categoria está pronta para mais um enfrentamento, com os principais responsáveis pela crise mundial que se abate sobre os principais países do mundo capitalista.

Após a 12ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada nos dias 23, 24 e 25 de julho, na cidade do Rio de Janeiro, as reivindicações da categoria foram fechadas e serão entregues à Federação dos bancos.

Uma das principais reivindicações diz respeito as condições de trabalho e a questão das metas abusivas. Esses dois fatores estão intimamente ligados. Com a mudança do perfil da categoria, que de bancários passaram a vendedores de todos tipos de produtos, as metas estão cada vez mais absurdas e as pressões para conseguí-las cada vez mais desumanas. Aí é onde aparece o assédio moral, que assola a categoria como uma praga, destruindo o bancário profundamente.

A remuneração variável, que para o bancário passa a ser o maior valor na composição do salário, depende justamente de sua produção cada vez mais individualizada. Precisamos lutar, não só durante a campanha salarial, mas fazer uma dura batalha cotidiana contra essa prática que está enraizada no nosso meio. Precisamos que as metas sejam coletivas e que a remuneração também, como na PLR que é contratada na convenção coletiva.

Dados da Previdência Social mostram que as doenças de características mentais estão, hoje, rivalizando com as doenças musculoesqueléticas na categoria bancária.

Nas questões econômicas, a 12ª Conferência Nacional dos Bancários aprovou o reajuste salarial de 11% (inflação acumulada projetada de 5,71% + aumento real de 5%), PLR de três salários mais R$ 4.0000,00, valorização do piso da categoria para um salário mínimo do DIEESE (R$ 2.157,88) e aumento nos vale-alimentação, vale-refeição e auxílio-creche no valor de um salário mínimo (R$ 510,00).

Nas questões sociais as principais reivindicações são: o aumento no número de bolsas auxílio-educação na graduação e extensiva a pós-graduação; previdência complementar para todos os trabalhadores; mais segurança nas dependências bancárias; fim das metas abusivas e do assédio moral; Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para todos os bancários.

Um dos principais pontos na reivindicação social é a questão da "igualdade de oportunidades", combatendo todas as formas de discriminação. O mapa da diversidade elaborada pela própria Federação dos bancos constatou a hegemonia de uma população branca nos bancos da ordem de 77,4%, enquanto que as mulheres negras representam apenas 8% da categoria. Há também, muita discriminação com as populações LGBT e com os trabalhadores com deficiência, que estão se organizando em coletivos nos vários sindicatos de bancários pelo país e também na CUT.

Nas questões políticas queremos discutir a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal que regularia o Sistema Financeiro Nacional (SFN), obrigando os bancos a cumprirem seu papel social e a promoverem o desenvolvimento do país. Queremos, também, a democratização e ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), para que a política econômica do país não fique nas mãos de alguns burocratas do Banco Central.

Convenção 158

Lutamos, em parceria com a CUT pela ratificação da Convenção 158 da OIT que proíbe dispensas imotivadas. Na nossa categoria com os processos de fusões cada vez mais freqüentes, houve um profundo ataque aos empregos e um brutal encolhimento dos postos de trabalho. Estudo elaborado pela subseção do DIEESE/CONTRAF com dados da RAIS/MTE mostra que de 863.499 bancários em 1989, a estimativa para esse ano de 2010 é que a categoria chegue a 461.713 bancários, isto apesar do crescimento verificado desde 2001.

Uma das batalhas fundamentais é o fim das terceirizações. Os banqueiros usam essa ferramenta não só para burlar a lei, com contratações fraudulentas, usando os terceirizados para fazerem serviços bancários, explorando uma mão-de-obra mais barata, que não possuem os direitos mínimos da categoria. Um grande banco privado, por exemplo, não permite que os terceirizados usem o transporte disponível para os bancários para sua locomoção.

No último dia da Conferência Nacional dos Bancários, a esmagadora maioria dos aproximadamente 700 delegados presentes declarou apoio a candidatura Dilma Roussef. Foi lembrado que a candidata se comprometeu a discutir e negociar a Plataforma da Classe Trabalhadora, votada no estádio do Pacaembu no dia 1º de junho, por aproximadamente 30 mil trabalhadores da CUT, Força Sindical, CGTB, Nova Central e CTB. Uma das principais reivindicações dessa plataforma é a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários.

Saímos fortalecidos da Conferência com dois eixos de lutas: derrotar os banqueiros e eleger a companheira Dilma. ★

***Silvio Aragusuku** é diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região. **José Roberto Santana** é diretor da FETEC-SP/CUT.

Minervino de Oliveira: um operário comunista e negro para presidência

*Augusto Buonicore**

Há 80 anos, um candidato operário e negro foi lançado à presidência da República pelo Bloco Operário Camponês (BOC), sigla que encobria a atuação eleitoral do Partido Comunista do Brasil. Os resultados eleitorais não foram positivos; mas, sem dúvida, o fato tem um valor simbólico para esquerda de nosso país. Afinal, foi a primeira vez que os comunistas brasileiros disputaram cargos majoritários. O nome do candidato era Minervino de Oliveira.

Os comunistas estréiam no parlamento

Minervino nasceu no Rio de Janeiro em 1891, três anos após a abolição da escravidão. Aos dez anos já trabalhava em fábricas como aprendiz de tecelão. Logo em seguida, se iniciou no ofício de marmorista, passando atuar no movimento sindical carioca. Rapidamente, transformou-se numa importante liderança sindical e ingressou no PC do Brasil.

No primeiro de Maio de 1924, Minervino discursou em nome do Centro dos Operários Marmoristas. Este, por sinal, foi o primeiro comício no qual falou, oficialmente, um representante do recém fundado Partido Comunista. Esta honra coube a Paulo de Lacerda.

O prestígio de Minervino entre os operários era tão grande que, em 1928, o Bloco Operário e Camponês (BOC) decidiu indicá-lo para concorrer a uma das vagas de intendente (vereador) no município Rio de Janeiro. Seu companheiro de chapa foi Octavio Brandão, importante dirigente nacional do PC do Brasil. A eleição era distrital e cada um concorreria por um dos distritos da capital.

Os dois arregaçaram as mangas a partiram para campanha. Realizaram dezenas de comícios em bairros populares e nas portas das fábricas. A polícia acompanhou cada passo dado por eles. No dia 27 de setembro, por exemplo, um comício na porta do Arsenal da Marinha foi dissolvido à bala. Escreveu Octavio Brandão: "O Arsenal era considerado praça de guerra. Mas, os dois candidatos não respeitaram a proibição e, em setembro de 1928, fizeram um grande comício junto ao portão. Foram presos. Os operários ofereceram resistência. A polícia atirou. Raimundo de Morais, trabalhador do Arsenal, teve o cérebro atravessado por uma bala e caiu morto, fulminado".

As regras eleitorais daquela época permitiam que os eleitores dessem até oito votos

para o candidato escolhido. Apuradas as urnas, constatou-se a eleição de Octavio Brandão pelo Primeiro Distrito. Ele obteve 7.638 votos – ou seja, pelo menos 995 eleitores votaram no seu nome. Minervino de Oliveira, pelo Segundo Distrito, conseguiu 8.160 votos (1.020 eleitores), mas ficou em 13º lugar. Havia apenas 12 vagas em jogo.

A diferença em relação ao último colocado da lista do distrito foi de apenas 197 votos, menos de 25 pessoas. Surgiu, então, um problema jurídico. Carreiro de Oliveira, colocado logo à frente, teve 745 votos em separado (sub judice) e Minervino, somente 31. Uma apuração um pouco mais rigorosa daria vitória para o comunista. Seria a mesa diretora da câmara municipal que deveria decidir o caso. Portanto, as chances de um operário, comunista e negro ser escolhido eram bastante reduzidas.

Contudo, um fato inusitado mudaria a situação. Antes da posse, um dos intendentes eleitos morreu num acidente aéreo. A vítima fazia parte de comitiva oficial que recepcionaria Santos Dummont quando este regressava triunfal ao país. A tragédia, que comoveu o país, abriu as portas do poder legislativo para um segundo intendente comunista. Um fato histórico.

O jornal "A Classe Operária", órgão do Partido Comunista, afirmou exultante: "Vitória! Vitória! Pela primeira vez na história do Brasil, após 428 anos de luta, os trabalhadores abrem uma brecha nas formidáveis muralhas do legislativo e penetram na cidadela inimiga para iniciar uma política de classe independente". No juramento de posse que afirmava "Prometo manter, cumprir com lealdade e fazer respeitar a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e as leis emanadas do Conselho Municipal", Brandão e Minervino acrescentaram: "porém, submetemos essas disposições aos interesses do operariado".

A composição da câmara de vereadores era conservadora, embora existissem no seu interior elementos democráticos. A inexperiência política e certo sectarismo levaram com que os comunistas não procurassem aliados e o estabelecimento de acordos políticos com os parlamentares mais progressistas, como Maurício de Lacerda. Isto conduziu a um gradual isolamento que lhe seria fatal.

Há 80 anos, o operário negro Minervino de Oliveira foi lançado à presidência da República pelo Bloco Operário Camponês (BOC). Os resultados eleitorais não foram positivos; mas, sem dúvida, o fato tem um valor simbólico para esquerda.

No final de 1929 foi aprovada uma moção proibindo a propaganda comunista através da tribuna parlamentar. Escreveu Octavio Brandão: "Os discursos dos dois comunistas não foram mais publicados. Pela primeira vez, depois de um século de existência a Câmara Municipal, seu órgão oficial deixou de publicar os discursos pronunciados por dois intendentes. E assim continuou, apesar de nossos protestos, durante o ano de 1930, até que o Conselho foi fechado em conseqüência do golpe armado de Getúlio Vargas".

Os vereadores comunistas mantinham uma presença constante nas portas das fábricas e nas lutas travadas pela classe operária. Por isso, Minervino seria escolhido para presidir a mesa do Congresso Operário Nacional, realizado em abril de 1929, e que fundaria a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). No final do conclave acabou sendo eleito secretário-geral da nova central sindical, a primeira dirigida pelos comunistas.

Sendo os únicos parlamentares do Partido Comunista era lhes exigido muito. Recebiam três contos e ficavam com apenas 600 mil reis, valor um pouco acima de um salário operário. O restante era repassado ao partido. Inaugurava-se, assim, uma nova prática política em nosso país.

O ano de 1930 seria de eleição presidencial. Surgiram duas fortes candidaturas, representando interesses diferentes no interior das próprias classes dominantes. De um lado, Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal. De outro, Júlio Prestes, candidato das oligarquias tradicionais, vinculadas a São Paulo. Os comunistas procuravam construir uma alternativa a essa polarização.

A direção comunista, movida por uma política de frente única com os tenentes, procurou

Prestes no exílio e lhe ofereceu a legenda do BOC para que ele concorresse à presidência da República. Entretanto, o "Cavaleiro da Esperança" não concordou com proposta apresentada. Ainda não havia acordo quanto ao programa a ser defendido por uma aliança como essa.

Minervino Oliveira: um candidato operário à presidência

Diante do fracasso das negociações, o PC do Brasil decidiu lançar candidatos próprios ao pleito nacional. Uma campanha presidencial de caráter nacional exigia que fosse dada uma outra dimensão ao BOC. Para isso foi convocado o seu primeiro congresso, que se realizou no Rio de Janeiro.

O Conselho Municipal recusou ceder a sede para a realização do evento. Segundo Brandão, "outras tentativas (de conseguir um local) fracassaram. Quem dispunha de um salão, recusava alugá-lo por causa da violência da polícia". Mas, o BOC "não recuou diante dos obstáculos. Realizou seu congresso clandestinamente, à noite, numa rigorosa vigilância, num casebre perdido entre a estação de Campo Grande e Guaratiba".

O Congresso clandestino, realizado entre os dias 3 e 5 de novembro, aprovou as candidaturas de Minervino de Oliveira à presidência e do ferroviário Gastão Valentim Antunes à vice-presidência da República. O slogan da campanha seria: "Votar no BOC é votar pela Revolução!".

Foram escolhidos candidatos ao senado por vários estados. O estivador Phenelon José Ribeiro Martins foi indicado para disputar uma vaga no antigo Distrito Federal; o comerciário José Francisco da Silva no Rio de Janeiro e o gráfico Everardo Dias em São Paulo. Lançaram-se candidatos a deputados federais por todos esses estados e mais Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Do programa eleitoral aprovado no congresso constava: o reconhecimento da URSS, anistia, autonomia do Distrito Federal, jornada de trabalho de 44 horas semanais, voto secreto, direito ao voto para as mulheres e os analfabetos, redução do limite de idade para votar de 21 para 18 anos.

O documento final, analisando as candidaturas que se apresentavam, afirmou: "O candidato Júlio Prestes é um instrumento da classe capitalista em geral e dos grandes fazendeiros em particular. Sua política é do Partido Republicano e do imperialismo inglês. Candidato da mão direita da burguesia (...). O candidato Getúlio Vargas é um instrumento da classe capitalista e do imperialismo norte-americano. Candidato fascista a fingir-se de mão esquerda da burguesia. Liberal na aparência e reacionário na substância". Nas avaliações políticas já era nítida a influência da política esquerdista que vinha sendo implementada pela Internacional Comunista desde 1929.

Minervino de Oliveira obteve apenas 720 votos. No ano anterior, o BOC havia conseguido 1.922 votos apenas no Distrito Federal. Isso nos dá a dimensão da fraude que se abateu sobre eles.

Uma sessão pública de encerramento do congresso foi programada para 6 de novembro na casa de Octavio Brandão. No dia anunciado, um forte esquema policial cercou a rua e impediu que o ato se realizasse. Mais de 80 trabalhadores foram presos no local. Má informada, a polícia pensou que, com sua ação, tinha impedindo a realização do próprio congresso.

Os comunistas não desistiram de fazer um anúncio público dos nomes de seus candidatos. No dia 7 de novembro – aniversário da revolução russa – o BOC do Brasil (novo nome da organização) realizou um comício na escadaria do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Os trabalhadores presentes receberam com aplausos os nomes apresentados pelo próprio Minervino. Ao perceber seu engano, sentindo-se tapeada, a polícia investiu furiosa contra a manifestação. Novamente, seguiu-se um tiroteio. Dezenas de trabalhadores foram presos e alguns ficaram feridos à bala. Esta foi apenas uma pequena amostra do que seria a campanha eleitoral dos comunistas em 1930.

Eleição, repressão e fraude

As sedes do BOCB passaram a ser constantemente invadidas e depredadas. Os operários que lá se encontravam eram presos e os materiais de propaganda apreendidos. Foi estabelecido um clima de terror que afastava os simpatizantes e possíveis eleitores. Os próprios candidatos eram constantemente presos e humilhados. Nem o presidenciável escapava dessas ações policiais. Minervino foi preso várias vezes durante a campanha. Uma delas foi quando dirigia os trabalhos de um congresso de trabalhadores rurais, realizado na cidade de Ribeirão Preto. Preciosos dias de campanha foram perdidos nos cárceres da Velha República.

Este quadro repressivo foi complementado pelas fraudes deslavadas, ocorridas durante a votação e apuração. As oligarquias regionais fraudavam as atas eleitorais e simplesmente eliminavam os votos dados aos comunistas, passando-os para seus candidatos favoritos. Por outro lado, os comunistas ficaram espremidos entre as duas poderosas candidaturas: de Júlio Prestes e Getúlio Vargas.

No final do processo, a comissão apuradora anunciou a votação recebida por Minervino de Oliveira: apenas 720 votos. No Rio Grande do Sul, terra do candidato da Aliança Liberal, os comunistas não tiveram nenhum voto. Em São Paulo, terra do candidato situacionista, eles tiveram 28 míseros votos. No ano anterior, os candidatos do BOC haviam conseguido 1.922 votos apenas no Distrito Federal. Isso nos dá a dimensão da fraude que se abateu sobre eles.

A "política dos governadores", em grande parte, ainda vigia e dava seus resultados. Dezessete governadores de estado apoiaram Júlio Prestes e apenas três Vargas. Por isso, o primeiro obteve 1.027.000 votos e o segundo 809.307. Esta foi a eleição mais disputada da República Velha. A fraude campeou dos dois lados, mas o PRP tinha em suas mãos uma maior máquina de corrupção eleitoral.

A Revolução de 1930, ocorrida em outubro, determinou o fechamento das casas legislativas e a cassação de todos os mandatos. Poucos dias depois, Minervino foi preso na Casa de Detenção, ficando ao lado do seu companheiro Octavio Brandão. Quando os homens do antigo regime foram soltos, os dois ex-intendentes comunistas continuaram presos e passaram a ser os únicos presos políticos naquela prisão. Minervino foi mandado para temida Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, sendo libertado em 7 de fevereiro de 1931.

Depois deste período, muito pouco se sabe sobre a vida desse valente militante comunista. Temos informações que ele viveu até o início dos anos 1960, chegando a participar dos acalorados debates que se seguiram à publicação dos informes de Krushov apresentados no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em 1956. Esse acontecimento iniciou uma crise que cindiu o movimento comunista brasileiro e internacional.

Seja como for, o nome de Minervino ficara gravado para sempre na história do comunismo brasileiro, como líder operário, primeiro vereador comunista e candidato operário à presidência da República. ★

***Augusto Buonicore** é do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Este texto foi extraído do site Vermelho.

BIBLIOGRAFIA

Basbaum, Leôncio – Uma vida em seis tempos, Ed. Alfa-Omega, SP, 1978.

Brandão, Octavio – Combates e Batalhas, Ed. Alfa-Omega, SP, 1978.

Carone, Edgar – Classes sociais e movimento operário, Ed. Atica, SP, 1989.

Dulles, John Foster – Anarquista e comunista no Brasil, Editora Nova Fronteira, RJ, 1977.

Karepovs, Dainis – A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil, Ed. Alameda, Sp, 2006.

Pereira, Astrojildo – A Formação do PCB (1922-1928), Ed. Prelo, Lisboa, 1976.

Sodré, Nelson Werneck – Contribuição à história do PCB, Ed. Global, SP, 1984.

Zaidan, Michel – Comunistas em céu aberto, Oficina de Livros, BH, 1989.

Nós e a Constituição

Edson Pistori*

O Congresso Nacional promulgou a sexagésima quinta emenda à Constituição Federal para inserir os jovens no artigo 227. A emenda foi comemorada por movimentos juvenis e gestores governamentais, pois tramitou durante 6 anos no parlamento e é a primeira prioridade efetivada dentre as 22 definidas pela I Conferência Nacional de Juventude realizada em 2008.

A inserção inédita da juventude na Constituição tem um valor simbólico incontestável. A emenda reconhece os jovens como sujeitos de direitos por sua condição específica de viverem uma etapa singular do ciclo de vida.

Contudo, a norma não acrescenta novos direitos ao catálogo já previsto na Constituição e também não explicitou direitos específicos aos jovens.

Agora, a esperança é que tais direitos sejam definidos por um Estatuto da Juventude, cuja emenda determina a edição por meio de uma lei.

Da interpretação do novo artigo 227 da Constituição depreende-se que a partir de agora os jovens, juntamente com as crianças e adolescentes, terão "prioridade absoluta" de acesso aos direitos que já lhes eram conferidos por serem universais (vida, saúde, alimentação, educação, cultura, dignidade), mas que dependem muito de políticas públicas para serem plenamente efetivados.

A crítica à emenda está na ausência de proporcionalidade, princípio inerente aos direitos constitucionais, que na prática dá a um rapaz de 20 anos a mesma prioridade absoluta que deve ter um menino de sete anos.

A conquista de direitos dá-se por meio da disputa na arena pública. A "prioridade absoluta" às crianças e aos adolescentes visa compensar o fato de que estes sujeitos não podem, por sua condição, pressionar diretamente os poderes públicos para exercê-los. Já os jovens, historicamente, se mostraram prodigiosos na sua capacidade de reivindicarem seus direitos seja nas ruas, seja por representação junto às instituições (disputando cargos eletivos ou exercendo o voto).

Assim, não se questiona a prioridade "política" a ser dada às políticas de juventude, mas o fato de estender a prioridade "absoluta" a 48 milhões de jovens enfraquece a "priorização máxima" necessária às crianças e aos adolescentes e ao mesmo tempo

Da interpretação do novo artigo 227 da Constituição depreende-se que a partir de agora os jovens, juntamente com as crianças e adolescentes, terão "prioridade absoluta" de acesso aos direitos que já lhes eram conferidos por serem universais (vida, saúde, alimentação, educação, cultura, dignidade), mas que dependem muito de políticas públicas para serem plenamente efetivados.

excede-se na proteção aos jovens, visto que o meio mais adequado seria propiciar aos jovens condições para emancipação, incluindo a responsabilidade de atuarem por si para exercer seus próprios direitos sem paternalismo do Estado, sob o risco de domesticar uma geração inteira com reflexos futuros sobre a cidadania.

Embora tenha sido aprovada por "consenso" no parlamento, e sob grande aplauso das organizações juvenis, tal medida é um descompasso que não contribui para a construção de uma democracia com fortes laços de solidariedade entre as gerações.

Outro aspecto de destaque é que a emenda inseriu a expressão "os jovens" sem fazer uma distinção clara com o segmento da juventude e o segmento da infância e da adolescência.

A diferenciação jurídica entre os segmentos repercute na organização das políticas de juventude, que devem se desvincular das estruturas de assistência social, tendo abordagem mais **emancipatória** e menos de **proteção e da tutela, como deve ser para a infância**. Os jovens (18 a 29 anos) buscam independência e inserção social autônoma. Portanto, as políticas de juventude devem ter caráter **emancipatório**.

Acredito que a emenda perdeu a oportunidade histórica de consagrar direitos específicos à condição juvenil: o direito à emancipação; ao financiamento público do tempo livre; à experimentação; à convivência social; à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos; à participação; ao trabalho decente ou ao financiamento da sua inatividade; dentre outros direitos úteis aos jovens na construção de suas trajetórias para assim colaborarem melhor com o desenvolvimento da nação.★

Este texto é uma versão resumida do artigo do autor mais extenso sobre o assunto que estará disponível na Internet.

***Edson Pistori** é professor de Direito Constitucional do Centro Universitário Euroamericano. Foi coordenador executivo da I Conferência Nacional de Juventude em 2008.

PESCA E AQUICUTURA

Organizar a campanha eleitoral no setor

*Altemir Viana**

O Governo Lula inseriu a pesca e aquicultura na agenda de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Valorizando um mundo rural esquecido com uma exploração desordenada para uma sólida política de estado sustentável. Como dizem os pescadores e pescadores de todo o Brasil: "foi preciso chegar um metalúrgico na presidência da república para lembrar que existe pescadores nesse país" (Programa de governo Pesca e Aquicultura Dilma presidenta).

Para o Brasil seguir mudando, e para que os programas da pesca e aquicultura continuem avançando, temos o desafio de fazer de Dilma a primeira mulher presidenta do nosso país. É para isso que nossas energias militantes devem estar voltadas até o dia da eleição.

Os militantes que do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da coligação Dilma Presidente, organizaram o comitê nacional de aquicultura e pesca no final do mês de julho numa reunião em Brasília realizada no Comitê Central Dilma Presidenta.

Estão elaborando algumas ações para dar visibilidade e organizar o voto do setor para eleger a primeira mulher a presidência da republica. Destacamos as seguintes ações:

- Elaboração do Programa de Governo Setorial, que está em fase de ajuste com a coligação;
- Organização de encontro dos movimentos sociais, academia, empresários, organização dos pescadores artesanais, de aquicultores e armadores de pesca com a candidata a presidenta Dilma, previsto para acontecer na ultima semana agosto, a ser realizado em Brasília-DF.
- Organização de ato de massa com a candidata. Previsto para setembro, a confirmar o local e data.

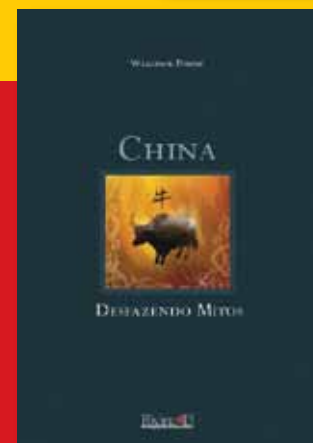
- Elaborar materiais específicos da candidata para os pescadores e aquicultores.
- Incluir o tema da pesca e aqüicultura no programa de Rádio e TV.
- Organizar comitês estaduais de aqüicultura e pesca – em andamento.

Vamos nos mobilizar, conversar, debater e convencer nossos amigos, colegas e familiares de que Dilma representa o melhor projeto para o país. Vamos espalhar Comitês da Pesca e Aquicultura por todo o país e estimular milhões de brasileiros a se unir ao processo de construção deste novo Brasil.

Já foram organizados nos Estados do Pará, Amapá e Goiás.

Está sendo feito o lançamento do Comitê de Mato Grosso do Sul no dia 12 de agosto e do Comitê do Amazonas no dia 13. Nossa meta é organizar comitês em todos os Estados até o dia 16 de agosto. Contamos com o apoio e militâncias de tod@s que atuam na atividade da pesca e aquicultura para organizar os comitês. ★

***Altemir Viana** é militante do PT-AM e do comitê nacional de aquicultura e pesca.

Publicações Editora Página 13

PESCA E AQUICULTURA

O desenvolvimento sustentável

Altemir Viana e *Luis Sabanay**

O Governo Lula inseriu a pesca e aqüicultura na agenda de desenvolvimento nacional. No inicio, o processo foi o resgate da dívida com o setor. Desde 2003 com criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) e, em 2009 a criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA) demonstra o compromisso, importância e avanços no Governo.

O modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental, econômica e social permitiu a consolidação de políticas estruturantes. Tirou a pesca e a aqüicultura da falência, promoveu a inclusão social, alfabetizou, distribuiu renda, aumentou a produção e o consumo de peixes, ampliou significativamente a infra-estrutura, pesquisa, acesso ao crédito e qualificação da mão de obra, contribuiu para o fortalecimento da democracia e estabeleceu na agenda internacional pautada nos interesses estratégicos do Brasil.

Ao contrário daquela que Lula recebeu a herança a ser transmitida à próxima Presidenta Dilma Roussef será bendita.

Com esse objetivo o coletivo de militantes do Partido dos Trabalhadores que atua no Ministério da Pesca e Aqüicultura apresenta ao conjunto do partido e aos candidatos de diferentes níveis nas eleições de 2010 as diretrizes para formulação do Programa de Governo de 2011-2014.★

***Altemir Viana** é sociólogo e militante do PT-AM. **Luis Alberto de Mendonça Sabanay** é teólogo e militante do PT-SC.

13 DIRETRIZES PARA O BRASIL CONTINUAR MUDANDO

1. Consolidar uma política de Estado. Isso se expressa no fortalecimento das políticas públicas definidas, na estabilidade institucional, na estruturação do Ministério da Pesca e Aqüicultura e no marco regulatório da atividade.

2. Construir Pacto Federativo. Promover a integração entre os diferentes níveis de governo e estimular os governos estaduais e municipais criarem espaços institucionais que correspondam e elaborem políticas para a pesca e aqüicultura.

3. Estruturar as cadeias produtivas da pesca e aqüicultura. O desenvolvimento e articulação de todas as etapas da cadeia produtiva desde a produção, transformação e comercialização.

4. Aumentar a produção. O país tem o maior potencial de produção de pescado devido à grande disponibilidade de águas, clima tropical e a diversidade de espécies entre outros fatores criam condições para dobrar sua produção até 2015.

5. Massificar o consumo. Ampliar, fortalecer e consolidar a participação do pescado no mercando institucional e contribuir para erradicação da fome no país facilitando o acesso para a população de baixa renda.

6. Expandir a pesquisa, qualificação de mão de obra e aprimoramento tecnológico. Ampliar a política de pesquisa aplicada e oferta de novas tecnologias sustentáveis. Constituir uma política de cooperação internacional com transferência e nacionalização de tecnologias.

7. Ampliar e ordenar uso dos recursos hídricos. Na implantação de pólos de desenvolvimento territorial, exploração da zona econômica exclusiva, zonas exclusivas de pesca, pesquisar e explorar novos recursos de pesca forma sustentável e regulamentar os usos múltiplos da águas para produção de pescado.

8. Intensificar a inclusão social e econômica dos pescadores artesanais. Continuar com a política de resgate da cidadania dos pescadores e aquicultores com serviços de acesso a cidadania, alfabetização com qualificação, promoção a saúde, saneamento e habitação.

9. Universalizar a assistência técnica e gestão. Constituir a assistência técnica e extensão pesqueira e aquicola gratuita e de qualidade, através de mecanismos da economia solidária como estratégia de consolidação de um modelo de desenvolvimento.

10. Apoiar a organização do setor. Criar uma política nacional de associativismo e cooperativismo apoiando todas as formas de organização econômica social, comunitária e solidária.

11. Consolidar a política territorial e desenvolvimento regional. Ter como eixo estratégico a universalização das políticas públicas, da participação e controle social e ampliar a organicidade dos atores produtivos e sociais, considerando as potencialidades, vocações e características socioculturais.

12. Fortalecer a democracia. Ampliar e fortalecer os colegiados de pesca e aqüicultura em todos os níveis de governo. Garantir a realização de conferências municipais, territoriais, estaduais e nacionais da pesca e aqüicultura como forma de assegurar a participação dos atores sociais no monitoramento e formulação de políticas publicas.

13. Intensificar a política internacional e integração regional. Defender os interesses do setor pesqueiro e aqüícola do Brasil nos principais fóruns internacionais. Fortalecer a cooperação internacional técnica, científica e econômica com países da América Latina, Caribe, África, Rússia, China e Índia. Interagir com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.